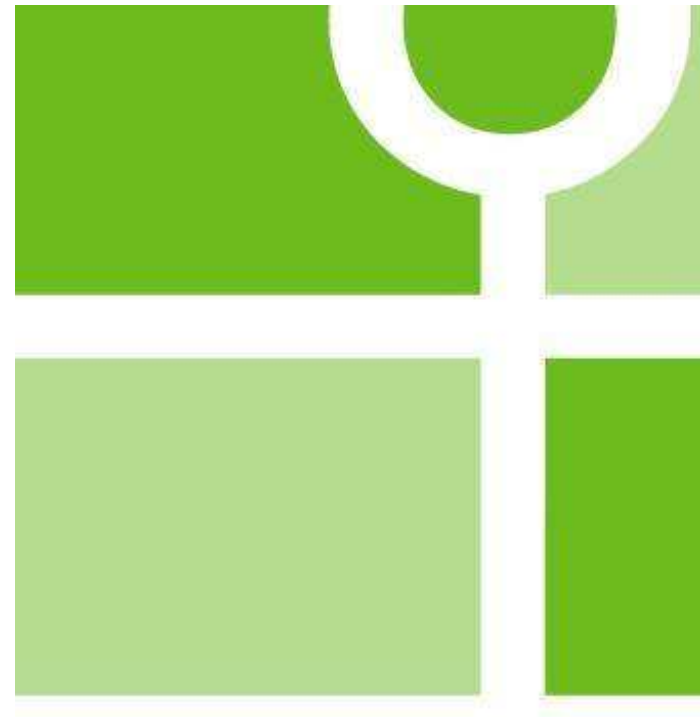


A(s) agenda(s) da igualdade à escala internacional

Agir pela Igualdade: Velhos Desafios,
Novas Frentes

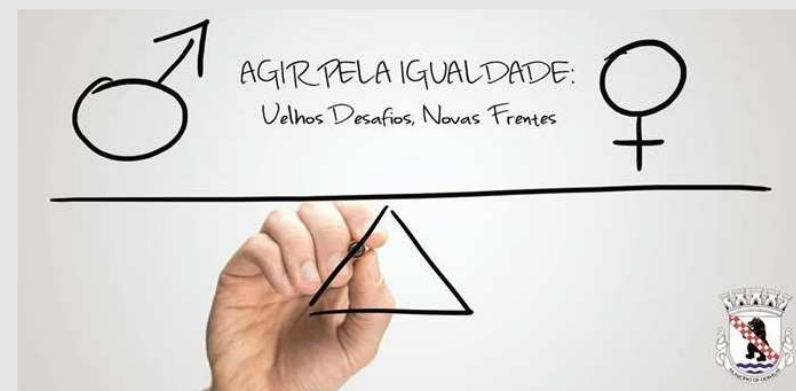
Pontinha, 12.12.2016



PLATAFORMA PORTUGUESA
PARA OS DIREITOS
DAS MULHERES

Agendas internacionais...

- CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres | Quadro normativo das políticas de igualdade
- PFA - Plataforma de Ação de Pequim | Quadro programático das políticas de igualdade
- Agenda 2030: ODS Planeta 50/50 | Agenda para as políticas públicas



CEDAW



**Convention on the Elimination
of All Forms of Discrimination
against Women**

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW) é o tratado internacional de direitos humanos que enuncia os direitos de todas as mulheres e raparigas e que visa eliminar todas as formas de discriminação contra as mulheres, bem como alcançar a plena igualdade entre mulheres e homens.

De 1979, ratificada pelo Parlamento português no ano seguinte, por força do art.º 8º da Constituição da República, vigora na ordem jurídica interna e pode, portanto, ser invocada perante os tribunais.

Protocolo opcional ratificado em 2002. O protocolo permite a apresentação de queixas individuais e a realização de inquéritos por iniciativa do Comité.

CEDAW: discriminação

“... qualquer distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo que tenha como efeito ou como objectivo comprometer ou destruir o reconhecimento, o gozo ou o exercício pelas mulheres, seja qual for o seu estado civil, com base na igualdade dos homens e das mulheres, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos domínios político, económico, social, cultural e civil ou em qualquer outro domínio.” (artigo 1º)



**Convention on the Elimination
of All Forms of Discrimination
against Women**

CEDAW visão: eliminação da discriminação e realização da Igualdade como princípio de Direitos Humanos

- Todos os direitos - civis e políticos, económicos, sociais e culturais
- Todas as áreas - educação, emprego e vida económica, saúde, vida política, vida familiar, situações de maior vulnerabilidade, etc.
- Todas as mulheres - de todas as idades e situações de vida, minorias, migrantes, com deficiência, etc.
- Todos os níveis - de jure, de facto, mudança estrutural e cultural



**Convention on the Elimination
of All Forms of Discrimination
against Women**

CEDAW: níveis de aplicação

Nível legal, de jure – eliminação da discriminação na lei e efetiva igualdade perante a lei

Nível material, de facto – adoção de programas e planos de ação e estratégias políticas

Nível de mudança cultural e estrutural – questionamento de estereótipos que condicionam a vida de mulheres e homens e a organização social



**Convention on the Elimination
of All Forms of Discrimination
against Women**

CEDAW: princípios

Igualdade substantiva

Não discriminação

Obrigações dos Estados Partes



**Convention on the Elimination
of All Forms of Discrimination
against Women**

CEDAW: medidas especiais temporárias

A adopção pelos Estados Partes de medidas temporárias especiais visando acelerar a instauração de uma igualdade de facto entre os homens e as mulheres não é considerada como um acto de discriminação, tal como definido na presente Convenção, mas não deve por nenhuma forma ter como consequência a manutenção de normas desiguais ou distintas; estas medidas devem ser postas de parte quando os objectivos em matéria de igualdade de oportunidades e de tratamento tiverem sido atingidos. (Art. 4º)



**Convention on the Elimination
of All Forms of Discrimination
against Women**

CEDAW: recomendações gerais (34)

- Textos interpretativos e recomendatórios explicitando e desenvolvendo as disposições da CEDAW e apontando implicações jurídicas e responsabilidades políticas dos Estados Partes.
- Remuneração igual para trabalho de valor igual; Medição e quantificação das atividades domésticas não remuneradas das mulheres e seu reconhecimento no Produto Nacional Bruto; mulheres com deficiência; vida política e pública; mulheres trabalhadoras migrantes; mulheres idosas e a proteção dos seus direitos humanos; acesso das mulheres à justiça; direitos das mulheres rurais etc.



**Convention on the Elimination
of All Forms of Discrimination
against Women**

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas
de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW)
O Estado da Arte em Portugal



CEDAW: exame aos Estados Membros e diálogo Construtivo

- Portugal em outubro de 2015: 62ª sessão do comité CEDAW
- 8º e 9º relatórios governamentais | relatório sombra das ONG: audição pelo Comité CEDAW ao Estado Membro e às ONG
- Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres representada por três ONG: REDE de Jovens para a Igualdade; EOS – Associação de Estudos, Cooperação e Desenvolvimento; APDMGP – Associação Portuguesa pelos Direitos das Mulher na Gravidez e no Parto
- Recomendações ao Estado Português



CEDAW4ALL

Convenção sobre a Eliminação de
Todas as Formas de Discriminação
contra as Mulheres



Kit de informação

- Brochura
- Três vídeos explicativos dos princípios básicos da CEDAW
- Trinta e quatro Recomendações Gerais traduzidas para português

<http://plataformamulheres.org.pt/projectos/cedaw4all/>

Plataforma de Ação de Pequim (PFA)



- Adotada em 1995, vinte anos depois do Ano Internacional da Mulher, durante a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres em Pequim
- Programa de ação política a nível global, a favor da igualdade de género e um documento enquadrador das políticas com o mesmo objetivo, a nível nacional, regional e internacional
- *Mission statement: A PFA é uma agenda para o empoderamento das Mulheres. Agenda para que as mulheres assumam um estatuto, formal e real, de plena igualdade, em parceria com os homens, e no usufruto pleno dos seus direitos humanos*
- *A igualdade entre mulheres e homens é uma questão de direitos humanos e uma condição de justiça social, sendo igualmente uma requisito necessário e fundamental para a igualdade, o desenvolvimento e a paz. (Para 1)*

PFA: dimensões

- Assumir da sua dimensão política, ampliando a visão destas questões como questões específicas, de defesa de interesses feministas, marginais à política, e de carácter eminentemente social - para a sua visão como questões políticas ligadas à cidadania e à defesa da democracia e dos direitos humanos
- Assumir da dimensão de género, isto é, questões que vão para além das mulheres e da sua situação enquanto sujeito específico de análise - para envolverem a sociedade no seu conjunto, Homens e Mulheres, e suas relações sociais. E para dar resposta a uma forma de discriminação que radica, não apenas em fatores de ordem biológica, ser Homem ou ser Mulher, mas também em fatores sociais e culturais estereotipados que determinam as vidas e aspirações de homens e de mulheres, de rapazes e raparigas, em moldes injustos e discriminatórios



PFA: estratégias e mecanismos

- Legislação – CEDAW | Duplo enfoque (*dual approach*):

ações específicas dirigidas particularmente à situação das mulheres, incluindo ações positivas, também designadas por medidas especiais temporárias, em várias áreas (vida política, educação, formação profissional em áreas não tradicionais, acesso ao crédito...)

estratégia de integração da dimensão de género em todas as políticas (*gender mainstreaming*), ou seja “uma política ativa e visível de integração da perspetiva de género em todas as políticas e programas a fim de, antes de serem tomadas as decisões, serem analisados os seus efeitos sobre mulheres e homens.” – uma frase incluída em todos os capítulos da PFA



PFA

- Identifica “área críticas” de intervenção prioritária (12)
- Estabelece para cada uma delas “objetivos estratégicos” (52)
- Define no quadro destes objetivos as medidas concretas para a sua realização (626)
- Indica as entidades responsáveis pela execução das medidas





PFA: áreas críticas

- As mulheres e a pobreza
- Educação e formação das mulheres
- As mulheres e a saúde
- A violência contra as mulheres
- As mulheres e os conflitos armados
- As mulheres e a economia
- As mulheres no poder e na tomada de decisão
- Mecanismos institucionais para o progresso das mulheres
- Os direitos humanos das mulheres
- As mulheres e os meios de comunicação social
- As mulheres e o meio ambiente
- As raparigas



DAS PALAVRAS À ACÇÃO

1995 – 2015

um compromisso para o empoderamento das mulheres

**Portugal em análise pela Plataforma Portuguesa
para os Direitos das Mulheres (PpDM)**



PLATAFORMA PORTUGUESA
PARA OS DIREITOS
DAS MULHERES

PFA – questões transversais

- Conhecimento da realidade – colmatar insuficiências estatísticas e na investigação
- Definição de indicadores que permitam rigor na monitorização das políticas públicas e na avaliação dos seus resultados
- Análise sistemática do impacto sobre os direitos das mulheres e a igualdade de género da legislação e políticas públicas prosseguidas em todas as áreas
- Orçamentos públicos que garantam uma afetação de recursos que efetivamente promova a igualdade de mulheres e homens
- Criação de mecanismos e instrumentos que promovam a efetividade da legislação já existente
- Integral cumprimento dos compromissos internacionais assumidos por Portugal



DAS PALAVRAS À ACÇÃO

1995 – 2015

um compromisso para o empoderamento das mulheres

**Portugal em análise pela Plataforma Portuguesa
para os Direitos das Mulheres (PpDM)**



PFA – questões transversais

- Formação obrigatória sobre os direitos das mulheres e a igualdade mulheres-homens para ingresso, progressão e acesso a cargos de chefia na administração pública central, regional e local a todos os níveis
- Apoio financeiro e técnico às ONG/OSC
- Mais e melhor cooperação das administrações públicas aos vários níveis com as ONG/OSC (“parcerias mistas”)
- Linguagem institucional inclusiva – eliminação de estereótipos: idêntica dignidade, idêntica visibilidade
- Paridade na tomada de decisão a todos os níveis
- Representação da PpDM em todos os órgãos consultivos do Estado onde se desenvolva o diálogo social e civil

Agenda 2030



Agenda 2030



- A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável responde ao imperativo global para realinhar trajetórias económicas, sociais e ambientais do mundo em favor da sustentabilidade para o planeta e para as gerações presentes e futuras
- Os 17 ODS e as 169 metas da Agenda 2030 são universais, indivisíveis e baseadas em direitos visando “não deixar ninguém para trás”, assim abordando as dimensões económica, social, ambiental e política da desigualdade e falta de sustentabilidade
- Adotada em setembro de 2015

Agenda 2030: Declaração política



Alcançar a igualdade de género e o empoderamento das mulheres e raparigas representará uma contribuição essencial para o progresso em todos os Objetivos e metas. Aproveitar o potencial humano pleno e alcançar o desenvolvimento sustentável não é possível se à metade da humanidade continuam a ser negados seus plenos direitos humanos e oportunidades. (...) Todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres e raparigas serão eliminadas, inclusive por meio do envolvimento de homens e rapazes. A integração sistemática da perspectiva de género na implementação da Agenda é crucial.



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

- Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas, em toda parte
- Eliminar todas as formas de violência contra as mulheres e meninas nas esferas pública e privada, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos
- Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos precoces, forçados e envolvendo crianças, bem como as mutilações genitais femininas
- Reconhecer e valorizar o trabalho de apoio e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade partilhada dentro da casa e da família
- Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

- Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes das conferências de revisão
- Realizar reformas para garantir às mulheres direitos iguais aos recursos económicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais
- Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres
- Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de género e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

- Garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preços acessíveis, e aos serviços básicos, e melhorar as condições nos bairros de lata
- Proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária através da expansão da rede de transporte públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos
- Aumentar a urbanização inclusive e sustentável, e as capacidades para o planeamento e gestão de assentamentos urbanos participativos, integrados e sustentáveis
- Proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência (entre outros)

Pacto Europeu para a IG (2011-2020)

- Pôr termo às disparidades entre homens e mulheres no emprego e na proteção social, incluindo as disparidades salariais entre homens e mulheres, tendo em vista cumprir os objetivos da Estratégia «Europa 2020», especialmente em três domínios (...) emprego, a educação e a promoção da inserção social, em particular através da redução da pobreza, contribuindo assim para o potencial de crescimento da força de trabalho europeia
- Promover um melhor equilíbrio entre vida profissional e familiar para as mulheres e para os homens ao longo da vida, por forma a reforçar a igualdade entre homens e mulheres, aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho e contribuir para responder aos desafios demográficos
- Combater todas as formas de violência contra as mulheres a fim de assegurar o pleno gozo, pelas mulheres, dos seus direitos fundamentais e de alcançar a igualdade entre homens e mulheres, tendo nomeadamente em vista um crescimento inclusivo

Compromisso estratégico para a IG

- Igual independência económica e crescente participação feminina no mercado de trabalho
- Reduzir as disparidades salariais, ganhos e pensão entre mulheres e homens e, assim, combater a pobreza entre as mulheres
- Promover a igualdade entre mulheres e homens na tomada de decisão
- Combater a violência de género e proteger e apoiar as vítimas
- Promover a igualdade de género e os direitos das mulheres em todo o mundo



Compromisso estratégico para a IG

- Reafirma o compromisso com a integração da perspetiva de género: a perspetiva da igualdade de género será integrada em todas as políticas da UE, bem como em todos os programas de financiamento comunitário. O compromisso estratégico também apoia a implementação da dimensão de igualdade de género na estratégia Europa 2020

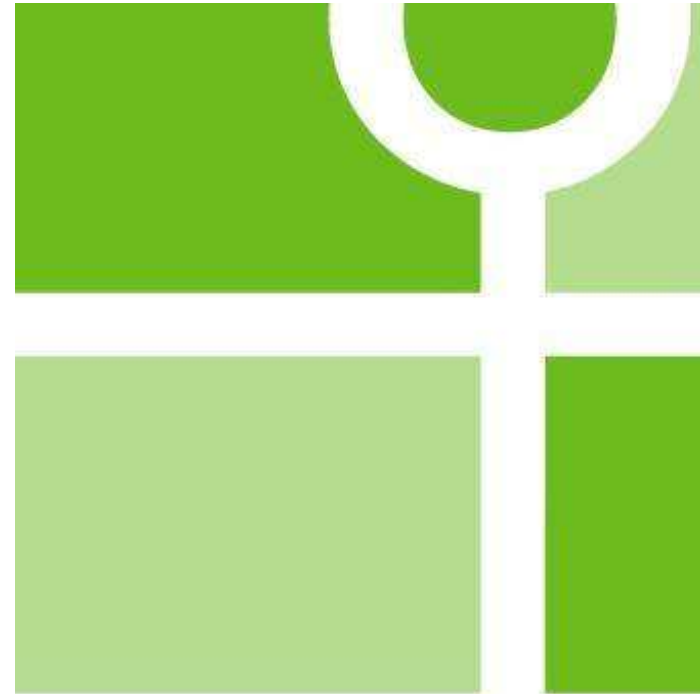


Obrigada

Ana Sofia Fernandes

plataforma@plataformamulheres.org.pt

www.plataformamulheres.org.pt



PLATAFORMA PORTUGUESA
PARA OS DIREITOS
DAS MULHERES